



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO N.º 31/2008

**Dispõe sobre a denominação de
fóruns e outros edifícios do
Poder Judiciário do Estado do
Maranhão.**

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições e

Considerando que o § 1º do artigo 37 da Constituição Federal estabelece que *a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos*;

Considerando que o § 9º do artigo 19 da Constituição do Estado do Maranhão estabelece que é proibida a denominação de obras e logradouros públicos com o nome de pessoas vivas, excetuando-se da aplicação deste dispositivo as pessoas vivas consagradas notória e internacionalmente como ilustres ou que tenham prestado relevantes serviços à comunidade na qual está localizada a obra ou logradouro;

Considerando o disposto na Resolução n.º 52, de 08 de abril de 2008, do Conselho Nacional de Justiça,

Considerando decisão tomada na sessão plenária administrativa do dia 7 de maio de 2008,

R E S O L V E:

Art. 1º O Plenário do Tribunal de Justiça não atribuirá nome de pessoa viva a bem público sob a administração do Poder Judiciário Estadual, salvo se o homenageado for ex-integrante do Poder Público e se encontre na inatividade, em face de aposentadoria decorrente de tempo de serviço ou compulsoriamente por força da idade.

Parágrafo único. O nome de homenageado só será retirado de bem público, desde que, em processo administrativo, e por maioria absoluta dos membros do Tribunal, se conclua que a homenagem é desfavorável ao resguardo da integridade do Poder Judiciário.

Art. 2º Salvo casos especiais, decidido por maioria absoluta dos membros do Tribunal, não se atribuirá o nome de uma mesma pessoa a mais de um fórum no Estado do Maranhão.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Art. 3º Revogar, em parte, a Resolução nº 19, de 15 de maio de 2007, e manter as seguintes denominações de fóruns:

I – Fórum Desembargador Emésio Dario de Araújo, da Comarca de Urbano Santos, atribuída pela Resolução nº 02/87;

II – Fórum Desembargador José Joaquim Ramos Filgueiras, da Comarca de Lago da Pedra, atribuída pela Resolução nº 03/87;

III – Fórum Desembargador Antonio Pacheco Guerreiro, da Comarca de São Domingos do Maranhão, atribuída pela Resolução nº 03/91;

IV – Fórum Desembargador Esmaragdo Sousa e Silva, da Comarca de Balsas, atribuída pela Resolução nº 06/91;

V – Fórum Presidente José Sarney, da Comarca de João Lisboa, atribuída pela Resolução nº 08/91;

VI – Fórum Juiz José Ribamar Fiquene, da Comarca de Açailândia, atribuída pela Resolução nº 09/91;

VII – Fórum Desembargador José Pires da Fonseca, da Comarca de Rosário, atribuída pela Resolução nº 01/92;

VIII – Fórum Desembargador Arthur Almada Lima, da Comarca de Caxias, atribuída pela Resolução nº 02/92;

IX – Fórum Desembargador Juvenil Amorim Ewerton, da Comarca de Guimarães, atribuída pela Resolução nº 12/92;

X – Fórum Desembargador José Henrique Campos, da Comarca de São Vicente Ferrer, atribuída pela Resolução nº 01/93;

XI – Fórum Desembargador João Manoel de Assunção e Silva, da Comarca de Matões, atribuída pela Resolução nº 02/94;

XII – Fórum Desembargador José Delfino Sipaúba, da Comarca de Santo Antonio dos Lopes, atribuída pela Resolução nº 19/94;

XIII – Fórum Desembargador Augusto Galba Falcão Maranhão, da Comarca de Barra do Corda, atribuída pela Resolução nº 24/94;

XIV – Fórum Desembargador João Alves Teixeira Netto, da Comarca de Araiões, atribuída pela Resolução nº 03/96;

XV – Fórum Ministro Edson Carvalho Vidigal, da Comarca de Chapadinha, atribuída pela Resolução nº 01/97;

XVI – Fórum Desembargador Vicente Ferreira Lopes, da Comarca de Presidente Dutra, atribuída pela Resolução nº 02/97;

XVII – Fórum Desembargador Arthur Almada Lima Filho, da Comarca de Brejo, atribuída pela Resolução nº 04/97;

XVIII – Fórum Desembargador Mário Barros Ferraz, da Comarca de Montes Altos, atribuída pela Resolução nº 09/97;

XIX – Fórum Desembargador Raymundo Liciano de Carvalho, da Comarca de Zé Doca, atribuída pela Resolução nº 04/98;



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- XX – Fórum Juiz Francisco Teixeira dos Santos Ferreira, da Comarca de Paulo Ramos, atribuída pela Resolução nº 12/98;
- XXI – Fórum Desembargador Antonio Carlos Medeiros, da Comarca de Amarante do Maranhão, atribuída pela Resolução nº 12/99;
- XXII – Fórum Desembargadora Josefa Ribeiro da Costa, da Comarca de Turiaçu, atribuída pela Resolução nº 15/2003;
- XXIII – Fórum Desembargadora Maria Dulce Soares Clementino, da Comarca de Barão de Grajaú, atribuída pela Resolução nº 19/2003;
- XXIV – Auditório Desembargador José Pires da Fonseca, da Escola Superior da Magistratura do Maranhão, atribuída pela Resolução nº 14/2007.

Art. 4º Manter também as seguintes denominações:

- I – Fórum Desembargador José Pires Sexto, da Comarca de Cururupu;
- II – Fórum Desembargador Palmério Campos, da Comarca de Icatu;
- III – Fórum Ministro Henrique de La Rocque, da Comarca de Imperatriz;
- IV – Fórum Advogado Anísio Almeida, da Comarca de Humberto de Campos;
- V – Fórum Desembargador Raimundo Públio Bandeira de Melo, da Comarca de Itapecuru Mirim;
- VI – Fórum Desembargador Eleazar Soares Campos, da Comarca de Parnarama;
- VII – Fórum Doutor Teixeira de Freitas, da Comarca de Pastos Bons;
- VIII – Fórum Desembargador Luiz Cortez Vieira da Silva, da Comarca de Candido Mendes;
- IX – Fórum Advogado Aristides Lobão, da Comarca de Mirador;
- X – Fórum Advogado Pedro Emmanuel de Oliveira, da Comarca de Carutapera;
- XI – Fórum Desembargador Leopoldino Rego Lisboa, da Comarca de Riachão;
- XII – Fórum Doutor Menezes Júnior, da Comarca de Coroatá, atribuída pela Resolução nº 04/84;
- XIII – Fórum Desembargador Bernardo Pio Correia Lima, da Comarca de São Bernardo, atribuída pela Resolução nº 07/84;
- XIV – Fórum Juiz Carlos Barbosa, da Comarca de São João Batista, atribuída pela Resolução nº 01/85;
- XV – Fórum Desembargador Sarney Costa, da Comarca de São Luís, atribuída pela Resolução nº 08/87;
- XVI – Fórum Desembargador Carlos César de Berredo Martins, da Comarca de Passagem Franca, atribuída pela Resolução nº 02/89;
- XVII – Fórum Desembargador Araújo Neto, da Comarca de Pedreiras, atribuída pela Resolução nº 03/89;
- XVIII – Fórum Desembargador Nicolau Dino, da Comarca de Grajaú, atribuída pela Resolução nº 05/89;



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- XIX – Fórum Desembargador Bento Moreira Lima, da Comarca de Colinas, atribuída pela Resolução nº 05/90;
- XX – Fórum Desembargador João Miranda Sobrinho, da Comarca de Santa Inês, atribuída pela Resolução nº 01/91;
- XXI – Fórum Desembargador José Maria de Jesus Marques, da Comarca de Pinheiro, atribuída pela Resolução nº 05/91;
- XXII – Fórum Desembargador Orestes Mourão, da Comarca de Pindaré Mirim, atribuída pela Resolução nº 07/91;
- XXIII – Fórum Desembargador Raimundo Ewerton de Paiva, da Comarca de São Luiz Gonzaga do Maranhão, atribuída pela Resolução nº 06/92;
- XXIV – Fórum Desembargador Tácito da Silveira Caldas, da Comarca de Paço do Lumiar, atribuída pela Resolução nº 07/92;
- XXV – Fórum Desembargador Orville de Almeida e Silva, da Comarca de Santa Luzia, atribuída pela Resolução nº 9/92;
- XXVI – Fórum Desembargador Antonio Rodrigues Moreira, da Comarca de Santa Quitéria, atribuída pela Resolução nº 04/93;
- XXVII – Fórum Desembargador Kleber Moreira de Sousa, da Comarca de São Raimundo das Mangabeiras, atribuída pela Resolução nº 07/93;
- XXVIII – Fórum Desembargador Jougla Abreu Bezerra, da Comarca de Arame, atribuída pela Resolução nº 07/2003;
- XXIX – Fórum Doutor Amarantino Ribeiro Gonçalves, da Comarca de Timon, atribuída pela Resolução nº 08/2003;
- XXX – Fórum Doutor Nicéias Mendes, da Comarca de Paraibano, atribuída pela Resolução nº 10/2003;
- XXXI – Fórum Doutor Sebastião Leopoldo Mesquita Campos, da Comarca de Bacuri, atribuída pela Resolução nº 13/2003;
- XXXII – Fórum Juiz Marcílio Moura de Carvalho, da Comarca de Tutóia, atribuída pela Resolução nº 08/2003;
- XXXIII – Fórum Desembargador Carlos Wagner de Sousa Campos, da Comarca de Itinga, atribuída pela Resolução nº 04/2006;
- XXXIV – Fórum Juiz Sai Luiz Chung, da Comarca de Mirinzal, atribuída pela Resolução nº 10/2006;
- XXXV – Fórum Juiz Regino Antonio de Carvalho, da Comarca de Buriti Bravo, atribuída pela Resolução nº 23/2006;
- XXXVI – Fórum Professor Doroteu Soares Ribeiro, da Comarca de Senador La Rocque, atribuída pela Resolução nº 09/2007;
- XXXVII – Fórum Desembargador Ives Miguel Ázar, da Comarca de Raposa, atribuída pela Resolução nº 10/2007;
- XXXVIII – Fórum Advogado José Vera Cruz Santana, da Comarca de Coelho Neto, atribuída pela Resolução nº 17/2007.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

XXXIX – Fórum Juiz Deusimar Freitas de Carvalho, da Comarca de Bacabal, atribuída pela Resolução nº 29/2007.

Art. 5º Denominar de *Fórum Desembargador Manoel Lopes da Cunha*, o Fórum da Comarca de Viana; e de *Fórum Promotor Celso Magalhães*, o Fórum da Comarca de Penalva.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO MARANHÃO, EM
SÃO LUÍS, 12 DE MAIO DE 2008.

Desembargador RAIMUNDO FREIRE CUTRIM
Presidente